



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

## TERMO DE REFERÊNCIA

### ANEXO I

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência visa à **contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de cobertura fotográfica, cobertura de filmagem e produção audiovisual.**

1.2. Os serviços serão executados conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e anexos.

GRUPO 01 - FORMADO PELOS ITENS 1 a 8						
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	CATSER	PERÍODO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	COBERTURA FOTOGRÁFICA de eventos de interesse do TRE-MS e/ou de pautas produzidas pela Assessoria de Comunicação Social a serem executados no MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS -Saída de até 1h (mínimo de fotos: 50).	40	6050	24 meses	R\$ 935,00	<b>R\$ 37.400,00</b>
2	COBERTURA FOTOGRÁFICA de eventos de interesse do TRE-MS e/ou de pautas produzidas pela Assessoria de Comunicação Social a serem executados no MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS -Saída de até 2h (mínimo de fotos: 150)	40	6050	24 meses	R\$ 1.200,00	<b>R\$ 48.000,00</b>
3	COBERTURA FOTOGRÁFICA de eventos de interesse do TRE-MS e/ou de pautas produzidas pela Assessoria de Comunicação Social as erem executados no MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS -Saída de até 4h (mínimo de fotos: 300)	40	6050	24 meses	R\$ 1.615,00	<b>R\$ 64.600,00</b>
4	COBERTURA FOTOGRÁFICA de eventos de interesse do TRE-MS e/ou de pautas produzidas pela Assessoria de Comunicação Social as erem executados em MUNICÍPIOS SITUADOS NO INTERIOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - Saída de até 4h (mínimo de fotos: 300)	20	6050	24 meses	R\$ 2.380,00	<b>R\$ 47.600,00</b>

5	COBERTURA DE FILMAGEM de eventos de interesse do TRE-MS e/ou de pautas produzidas pela Assessoria de Comunicação Social a serem executados no MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS –Saída de até 1h (mínimo de filmagem: mínimo de 6 minutos e máximo de 10 minutos)	10	3778	24 meses	R\$ 2.575,00	<b>R\$ 25.750,00</b>
6	COBERTURA DE FILMAGEM de eventos de interesse do TRE-MS e/ou de pautas produzidas pela Assessoria de Comunicação Social a serem executados no MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS –Saída de até 2h (mínimo de filmagem: mínimo de 12 minutos e máximo de 20 minutos)	10	3778	24 meses	R\$ 2.745,00	<b>R\$ 27.450,00</b>
7	VÍDEO PRONUNCIAMENTO OFICIAL	4	19658	24 meses	R\$ 7.067,55	<b>R\$ 28.270,20</b>
8	VIDEO INSTITUCIONAL	2	19658	24 meses	17.652,45	<b>R\$ 35.304,90</b>
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO</b>						<b>R\$ 314.375,10</b>

1.3. Os Itens 1 a 8 estão agrupados no GRUPO 1, por se tratar de uma única solução (cobertura fotográfica, cobertura de filmagem e audiovisual).

1.3.1. Nessa contratação não cabe parcelamento, por ser técnica e economicamente inviável a sua divisão. Os itens foram classificados por tempo de duração dos eventos. Eventual parcelamento da contratação em itens, poderia ensejar a contratação de várias empresas, de acordo com a duração do evento, o que certamente traria grande ônus para gestão e fiscalização dos serviços.

1.3.2. Além disso, em especial no caso da produção de vídeo (AUDIOVISUAL), observa-se a necessidade de uma única empresa que execute as etapas de pré-produção, produção e pós-produção de todas as fotos/vídeos, para que ocorra congruência da linguagem e fidelidade à imagem institucional, demonstrando comunicação harmônica das intenções do projeto e do produto final.

1.3.3. Ademais, não há possibilidade para o parcelamento dos serviços, haja vista que os itens especificados são componentes de uma única solução a ser adquirida. Separar o objeto em mais itens independentes ou licitações poderia levar a aquisição de solução heterogênea, o que aumentaria custos relacionados a entrega, esforço técnico para gerenciamento de várias soluções e esforço administrativo para gerenciamento de diversos contratos.

1.4. Mesmo sendo grupo, deverá ser ofertado preço para cada um dos itens e o critério de julgamento será o menor valor total para o grupo.

1.5. Em caso de divergência entre a descrição dos serviços indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria TRE/MS nº 131/2023.

1.7. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, podendo ser localizados usualmente no mercado.

1.8. O prazo de vigência da contratação será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data da assinatura do termo de contrato, prorrogável na forma da Lei, conforme justificativa constante nos estudos preliminares.

1.9. Como se trata de contrato estimado, o saldo contratual, porventura existente no final da vigência, ficará automaticamente decrescido do valor da contratação, nos termos do artigo 124, I, b, c/c 125 e 126, todos da Lei 14.133/2021, estando o contratante autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho.

2. Entende-se por “**saída**” o deslocamento do profissional para cobertura e produção de fotos ou cobertura de filmagem (ITENS 01 a 06), em evento ou pautas específicas, conforme solicitação da Assessoria de Comunicação e Cerimonialdo TRE/MS, sendo certo que as saídas, que poderão acontecer períodos da manhã, tarde ou noite, serão divididas em saídas de “até 1h”; “até 2h” e “até 4h”, contadas do início do horário previsto para o evento.

2.1. A saída de até 4 horas poderá ser fracionada, desde que seja no mesmo dia e relacionada ao mesmo evento, de acordo com a necessidade do Tribunal.

**2.2. As saídas constantes do item 4 (INTERIOR) corresponderão sempre ao turno de 4 horas (manhã, tarde ou noite).**

3. Não serão, de regra, computados para fins de pagamento o tempo demandado com o deslocamento dos profissionais/equipamentos para a execução dos serviços de cobertura fotográfica, bem como o necessário com a preparação dos trabalhos de montagem e desmontagem dos equipamentos.

3.1. A exeção está no item 04, em que o deslocamento entre Campo Grande e os municípios situados no interior do Estado será pago à contratada pelo TRE/MS, de acordo com o valor por quilômetro percorrido pré-definido pelo TRE/MS .

4. A Contratada deverá disponibilizar e-mail e telefone para contato e para fins de abertura de Ordem de Serviço pelo Contratante e ainda dispor de meio eletrônico para que os arquivos possam ser enviados em grande quantidade via e-mail ou disponibilizados em plataforma de compartilhamento;

5. Caso sejam constatadas falhas ou imperfeições nas reproduções, **a contratada terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para realizar as correções necessárias**, ou realização de novo serviço, substituindo, por sua conta, o material defeituoso, sob pena de, após este prazo, serem aplicadas as penalidades contratuais previstas;

6. A empresa deverá fornecer a **vestimenta dos fotógrafos/cinegrafistas, e sempre** deverá estar de acordo com o rigor exigido para o evento a ser coberto, por exemplo, quando se exigir traje passeio completo dos convidados, o mesmo traje deverá ser observado para o fotógrafo/cinegrafista e seus auxiliares.

7. Nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Lei das Licitações) e do art. 49 e inciso I da lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos Autorais), deverão ser cedidos os direitos patrimoniais ao TRE/MS.

7.1. Para a cessão de direitos que trata a cláusula anterior, **deverá a contratada apor sua ciência, quando da assinatura do contrato**, declaração de que **CONCEDE** ao TRE-MS os direitos autorais e de uso patrimonial, conforme Lei 14.133/2021 e artigo 49, inciso I, da Lei nº 9.610/98.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da presente contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizado em tópico específico dos Estudos Preliminares, Anexo I-a deste Termo de Referência.

2.2. A Contratação de empresa para cobertura fotográfica, cobertura de filmagem e produção audiovisual, proporcionará o atendimento às demandas que envolve o registro das atividades fim e administrativas do TRE-MS – sessões de julgamento, eventos gerais e setoriais, reuniões, posses, inaugurações e encontros institucionais, solenidades, dentre outros – assim como fotos oficiais dos membros, juízes, servidores e corpo administrativo, destinadas aos veículos mantidos pelo TRE-MS (portais de internet e intranet, publicações impressas, mídias sociais, etc).

2.3. Para o ano de 2025/2026, a Ascom entende necessário o serviço de cobertura de filmagem, para as ocasiões que requeiram complementação da cobertura fotográfica. A cobertura de filmagem, não se fará necessária em todos os eventos, porém, em alguns mais solenes, há grande necessidade de cobertura, juntamente com a correta cobertura dos eventos institucionais do TRE-MS;

2.4. A produção dos vídeos visa apoiar o Tribunal Regional Eleitoral de MS a disseminar informações úteis e esclarecimentos sobre o processo eleitoral, com a necessidade de apoio e edição detalhada, além de outros requisitos.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

3.1. A solução adotada para a satisfação da necessidade administrativa é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de cobertura fotográfica (ITENS 01 a 04), cobertura de

filmagem (ITENS 05 e 06) e produção audiovisual (ITENS 07 e 08).

### 3.2. COBERTURA FOTOGRÁFICA (ITENS 01 A 04):

3.2.1. A produção fotográfica envolve o registro das atividades fim e administrativas do TRE-MS – sessões de julgamento, eventos gerais e setoriais, reuniões, posses, inaugurações e encontros institucionais, solenidades, dentre outros – assim como fotos oficiais dos membros, juízes, servidores e corpo administrativo, destinadas aos veículos mantidos pelo TRE-MS (portais de internet e intranet, publicações impressas, mídias sociais, etc).

3.2.2. Todas as fotos devem estar editadas e indexadas conforme orientações do setor requisitante competente.

3.2.3. Deverá ser observado o número mínimo de fotos que serão entregues para as saídas.

3.2.4. Após a realização de cada evento denominado “saída”, deverá ser elaborado material **fotográfico** produzido, que consistirá em:

- ITEM 01 - no mínimo, 50 (cinquenta) fotos para as saídas de até 1h;
- ITEM 02 - no mínimo 150 (cento e cinquenta) fotos para as saídas de até 2h;
- ITEM 03 - no mínimo 300 (trezentas) fotos para as saídas de até 4h; e
- ITEM 04 - no mínimo 300 (trezentas) fotos para as saídas de 4h -**INTERIOR ESTADO.**

3.2.5. O material produzido deverá ser disponibilizado por meio de link, que deverá ser encaminhado ao e-mail da Ascom ( flavio.alexandre@tre-ms.jus.br e adriana.candia@tre-ms.jus.br ) com cópia para ascom@tre-ms.jus.br e imprensa@tre-ms.jus.br, bem como pelos WhatsApp's 99999-4755 e 99985-5177;

3.2.5.1. O prazo de entrega das mídias é de **24 horas, contado do encerramento do evento.**

3.2.5.2. A Ascom providenciará em até 24h da entrega física, a relação de fotos aceitas e rejeitadas com o motivo da rejeição quando ocorrer.

**3.2.5.2.1. A contratada terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para realizar as correções necessárias,** ou realização de novo serviço, substituindo, por sua conta, o material defeituoso, sob pena de, após este prazo, serem aplicadas as penalidades contratuais previstas

3.2.5.3. Independente da elaboração do material editado e para que seja possível a realização da divulgação imediata de cada evento/notícia, deverá ser efetuada pela contratada a **entrega imediata** (a ser realizada durante ou logo após o fim de cada “saída”), em meio magnético, preferencialmente por cartão físico de memória sólida (SSD), de pelo menos 50 (cinquenta) fotografias.

3.2.5.4. Para efeito de entrega, considera entregue imediato, **o material com até 30 minutos após o encerramento do evento**, se houver pessoal disponível na Ascom para o recebimento.

3.2.5.5. As fotos devem ser entregues no formato **JPEG**, em resolução mínima de **3840 x 2880**, em máxima qualidade e mínima compressão.

3.2.5.6. Todos os materiais/mídias deverão ser entregues na Assessoria de Comunicação Social do TRE-MS, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 23.

3.2.5.7. A aceitação dos arquivos dependerá da análise da fiscalização sobre a qualidade verificada no **ajuste do foco** no objeto ou assunto, **iluminação** ideal ou **enquadramento**, e somente serão consideradas para fins de aceitação as fotos que atenderem os requisitos técnicos exigidos. **(As fotos rejeitadas não integrarão a contagem do mínimo de fotos necessárias constantes na especificação do objeto).**

3.2.5.8. Nos valores propostos para **serviços fotográficos a serem executados em municípios situados no interior do Estado de Mato Grosso do Sul, deverão constar inclusas as despesas concernentes à alimentação e a hospedagem do profissional designado para a realização dos serviços. O deslocamento entretanto, será ressarcido à empresa, conforme disciplinado no item 3.4 deste Termo de Referência.**

### 3.3. COBERTURA DE FILMAGEM (ITENS 05 e 06), deverá ser:

3.3.1. Captação de imagem e som para uso institucional. **Os serviços não necessitam**

**de apoio ou edição detalhada**, apenas edição simples, corte e finalização profissional.

3.3.2. Destina-se a ocasiões que requeiram complementação da cobertura fotográfica.

3.3.3. A cobertura de filmagem pode ser de dois tipo:

- ITEM 05 - de 6 a 10 minutos, para saídas de até 1h, conforme item 5 da planilha acima;
- ITEM 06 - de 12 a 20 minutos, para saídas de até 2h, conforme item 6 da planilha acima;

3.3.4. No que se refere à **cobertura de filmagem (ITENS 05 e 06)**, o material produzido deverá ser disponibilizado por meio de link, que deverá ser encaminhado ao e-mail da Ascom ( [flavio.alexandre@tre-ms.jus.br](mailto:flavio.alexandre@tre-ms.jus.br) e [adriana.candia@tre-ms.jus.br](mailto:adriana.candia@tre-ms.jus.br) ) com cópia para [ascom@tre-ms.jus.br](mailto:ascom@tre-ms.jus.br) e [imprensa@tre-ms.jus.br](mailto:imprensa@tre-ms.jus.br), bem como pelos *WhatsApp* 's 99999-4755 e 99985-5177;

3.3.4.1. O prazo de entrega das mídias é de **24 horas, contado do encerramento do evento.**

3.3.4.2. A Ascom providenciará em até 24h da entrega física, a relação de vídeos aceitos e rejeitados com o motivo da rejeição quando ocorrer.

**3.3.4.3. A contratada terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para realizar as correções necessárias**, ou realização de novo serviço, substituindo, por sua conta, o material defeituoso, sob pena de, após este prazo, serem aplicadas as penalidades contratuais previstas

3.3.4.3. Independente da elaboração do material editado e para que seja possível a realização da divulgação imediata de cada evento/notícia, deverá ser efetuada pela contratada a **entrega imediata** (a ser realizada durante ou logo após o fim de cada “saída”), em meio magnético, preferencialmente por cartão físico de memória sólida (SSD). Para efeito de entrega, considera entregue imediato, **o material com até 30 minutos após o encerramento do evento**, se houver pessoal disponível na Ascom para o recebimento.

3.3.4.4. As filmagens deversão ser entregues em formato mínimo *FULL HD (1920 x 1080 pixels)*, podendo ser entregue em resolução superior, a exemplo 4k (*3840 x 2160 pixels*);

3.3.4.5. Todos os materiais/mídias deverão ser entregues na Assessoria de Comunicação Social do TRE-MS, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 23.

3.3.4.6. A aceitação dos arquivos dependerá da análise da fiscalização sobre a qualidade verificada no **ajuste do foco** no objeto ou assunto, **iluminação** ideal ou **enquadramento**, e somente serão consideradas para fins de aceitação as filmagens que atenderem os requisitos técnicos exigidos. **(As filmagens rejeitadas não integrarão a contagem do mínimo necessário constantes na especificação do objeto).**

### **3.4. DO DESLOCAMENTO PARA O INTERIOR DO ESTADO (ITENS 01 a 06)**

3.4.1. O deslocamento entre Campo Grande e os municípios situados no interior do Estado será pago à contratada pelo TRE/MS, de acordo com o valor por quilômetro percorrido pré-definido pelo TRE/MS, tomando como base o preço médio vigente no Estado do Mato Grosso do Sul disponibilizado no sítio eletrônico da Agência Nacional do Petróleo ([www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)), onde também se levará em conta a quilometragem percorrida (de acordo com as distâncias indicadas na Tabela de Distâncias entre Municípios do Estado, constante no **Anexo tabela distância entre municípios do estado de Mato Grosso do Sul, constante no site do TRE-MS, intranet e internet**).

3.4.1.1. O cálculo dos valores a serem ressarcidos será efetuado da seguinte forma:

3.4.1.1.1. Multiplicar-se-á a quilometragem indicada na mencionada tabela por 02 (dois), em razão da necessidade de se levar em conta o deslocamento de ida e volta da contratada.

3.4.1.1.2. Dividir-se-á o valor obtido por 10 (dez), considerando que a média

de consumo de um automóvel comum é de 10Km/l.

3.4.1.1.3. Em seguida, será multiplicado o valor obtido na cláusula anterior pelo **valor médio do litro da gasolina praticado no Estado do Mato Grosso do Sul disponível no sítio eletrônico da Agência Nacional do Petróleo.**

3.4.1.2. **Quando da emissão da nota fiscal, a empresa deverá considerar o valor dos tributos incidentes (PIS, COFINS e ISS), aplicando os percentuais sobre o valor total a ser ressarcido (O TRE/MS ressarcirá a empresa integralmente, pagando o valor efetivamente gasto - combustível + tributos incidentes).**

3.4.1.3. **O deslocamento interno dentro dos municípios (inclusive Campo Grande) para a prestação dos serviços não serão computados para fins de pagamento.**

### **3.5. PRODUÇÃO DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS, PRONUNCIAMENTOS E DIPLOMAÇÃO (AUDIOVISUAL), com coordenação de arte, equipe de apoio, equipe técnica, roteiro e demais detalhes artístico (ITENS 7 e 8)**

3.5.1. A produção dos vídeos destina-se apoiar o Tribunal Regional Eleitoral de MS a disseminar informações úteis e esclarecimentos sobre o processo eleitoral.

3.5.2. Para esses itens **(07 e 08)**, estão inclusos as etapas de pré-produção, produção e pós-produção conforme especificado neste instrumento.

3.5.3. Os vídeos serão veiculados para o público interno e externo (em emissoras de televisão e em mídias digitais).

3.5.4. O serviço inclui a criação do roteiro, gravação no formato mínimo *full HD*, decupagem e digitalização, possibilidade de gravação da locução *off*, cachê do locutor/apresentador, criação das artes 2D e 3D, montagem de trilha sonora, edição de áudio e vídeo, e entrega à Assessoria de Comunicação Social – Ascom de cópia digital por meio eletrônico (envio através de plataformas de compartilhamento de arquivos).

3.5.5. Os serviços necessitam de **apoio e edição detalhada**, além dos requisitos abaixo, sendo dividido em 3 tipos:

- ITEM 07 - VÍDEO PRONUNCIAMENTO OFICIAL;
- ITEM 08 - VIDEO INSTITUCIONAL;

#### **3.5.5.1. ITEM 07 - VÍDEO PRONUNCIAMENTO OFICIAL - ELEIÇÕES SUPLEMENTARES 2025 e GERAIS 2026 (1º/2º TURNO):**

3.5.5.1.1. O serviço inclui a criação do roteiro, gravação no formato mínimo *full HD*, decupagem e digitalização, possibilidade de gravação da locução *off*, cachê do locutor/apresentador, criação das artes 2D e 3D, montagem de trilha sonora, edição de áudio e vídeo, e entrega à Assessoria de Comunicação Social – Ascom de cópia digital por meio eletrônico (envio através de plataformas de compartilhamento de arquivos).

3.5.5.1.1.1. As gravações serão realizadas no período de até dois dias a partir da emissão da ordem de serviço;

**3.5.5.1.2. Serão produzidas as quantidades de até 04 (quatro) vídeos, de 60 (sessenta) segundos,** podendo ocorrer necessidade de produção de apenas um, ou mais vídeos, a critério da administração;

**3.5.5.1.3. As produções devem ser feitas contando com, pelo menos, os seguintes equipamentos:** filmadora *full HD*; iluminação apropriada ao ambiente; tripé; rebatedor; microfone de lapela; teleprompter;

**3.5.5.1.4. Havendo desaprovação ou inadequação de cenas,** a gravação será repetida tantas vezes quantas forem necessárias, até sua captação definitiva em relação a conteúdo, tomadas e ângulos dos registros a serem produzidos;

**3.5.5.1.5. Os vídeos devem conter assinaturas, legendas, GCs (gerador de caracteres), audiodescrição e acessibilidade por libras.**

**3.5.5.1.6. As gravações devem ser feitas em mídia especial para**

veiculação nas emissoras de TV do Estado, na quantidade e parâmetros por elas exigidos (conversão no padrão XDCAM-HD e/ou gravação em vídeo entrelaçado).

3.5.5.1.7. No caso de reprovação ou ajustes na versão do vídeo institucional apresentada, a empresa deverá refazê-la ou providenciar as alterações, por quantas vezes forem necessárias até aprovação final.

3.5.5.1.7.1. O prazo para realização de cada ajuste solicitado será de **24 horas**, a partir do contato feito pelo TRE-MS.

3.5.5.1.8. Após a aprovação final do vídeo, a empresa deverá fornecer versão virtual finalizada, **no prazo de 72 horas**.

### **3.5.5.2. ITEM 08 - VIDEO INSTITUCIONAL, para exibição durante eventos institucionais:**

3.5.5.2.1.O serviço inclui a criação do roteiro, gravação no formato mínimo full HD, decupagem e digitalização, possibilidade de gravação da locução *off*, cachê do locutor/apresentador, criação das artes 2D e 3D, montagem de trilha sonora, edição de áudio e vídeo, e entrega à Assessoria de Comunicação Social – Ascom de cópia digital por meio eletrônico (envio através de plataformas de compartilhamento de arquivos).

3.5.5.2.1.1. Os vídeos devem conter assinaturas, legendas, GCs (gerador de caracteres), audiodescrição e acessibilidade por libras.

3.5.5.2.1.2. A critério exclusivo da contratada, é facultado a captação de imagens externas, desde que não afete o valor ofertado. A captação de imagens externas não é obrigatória.

3.5.5.2.1.3. O vídeo institucional deverá ter duração de aproximadamente **3 minutos** e contemplará a combinação de áudio (locução em *off*) com imagens em movimento, fotografias, geração de caracteres, sonorização (trilha sonora) e demais recursos gráficos existentes que possam contribuir para a percepção e compreensão da mensagem a ser transmitida.

3.5.5.2.1.4.O vídeo institucional deverá ser produzido a partir de imagens do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e daquelas disponíveis na assessoria de comunicação do TRE-MS, além da inserção de trilhas sonoras que deverão ser produzidas pela contratada.

3.5.5.2.1.5. O áudio deverá ser gravado por profissional habilitado e possuir qualidade digital de baixo ruído;

3.5.5.2.1.6.O conteúdo do vídeo tomará como referência à execução do serviço, o roteiro que deverá ser sugerido pela contratada e aprovado pelo Tribunal Regional Eleitoral (Ascom);

3.5.5.2.1.7. A contratada deverá utilizar trilha sonora com músicas de domínio público ou, no caso de uso de obras de domínio não-público mediante autorização ou por contratação. Nesse caso devem ser anexados documentos comprobatórios da cedência;

3.5.5.2.1.8. O vídeo institucional poderá ser produzido a partir de imagens gerais de eleições constantes de vídeos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e TRE-MS e disponíveis na assessoria de comunicação do TRE-MS, além da inserção de trilhas sonoras que deverão ser produzidas pela contratada;

3.5.5.2.2. Eventuais despesas provenientes do pagamento de direitos autorais (áudio e vídeo) serão de responsabilidade da contratada, que deverá anexar documentos comprobatórios da cedência do uso de imagem e voz;

3.5.5.2.3.Todos os direitos autorais envolvidos na produção do vídeo institucional serão transferidos ao TRE-MS, que deles poderá usar e dispor da forma que entender pertinente, desde que não altere seu conteúdo;

3.5.5.2.4. O vídeo institucional finalizado e aprovado **deverá ser**

**entregue em até 120 horas após emissão de ordem de serviço da Ascom/TRE-MS.** Poderá haver alteração do prazo, a critério da Ascom, que será comunicado à empresa contratada, com antecedência mínima de 48 horas.

3.5.5.2.5. No caso de reprovação ou ajustes na versão do vídeo institucional apresentada, a empresa deverá refazê-la ou providenciar as alterações, por quantas vezes forem necessárias até aprovação final, no prazo de até 48 horas, a partir do contato feito pelo TRE-MS.

3.5.5.2.6. Após a aprovação final do vídeo, a empresa deverá fornecer **versão virtual finalizada, no prazo de 72 horas após a aprovação.**

3.6. São também obrigações da empresa contratada para a execução dos serviços :

- Conduzir os trabalhos de **fotografia e cobertura de filmagem.**
- No caso da cobertura de filmagem deverão ser realizadas a devida edição simples (edição simples) e cortes, com finalização profissional (Não há necessidade de inserção de sonora, off, roteiro, iluminação);
- Fornecer todo o material necessário (câmeras, lentes, objetivas, baterias, mídias de armazenamento, cabos, conectores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de fotografia e cobertura de filmagem;
- O equipamento de filmagem deverá ter as seguintes **características mínimas:** Câmera **FULL HD**, taxa de zoom com lente 20x (óptico), extensão digital de 1,5x, saídas de vídeo - **SDI, HDMI e RCA** e capacidade para gravação de no mínimo 3 horas ininterruptas. Operador técnico para o equipamento, microfones de lapela e de mão para captação de entrevistas, iluminação direcional para melhoria e qualidade das filmagens e fornecimento de cartão de memória **SSD** com os arquivos.
- A contratada deverá manter pessoal em quantidade suficiente para cobrir pautas que poderão ocorrer simultaneamente em locais diferentes;
- Em ocasiões excepcionais, previamente indicadas e combinadas com a Ascom, a Contratada deverá dispor de profissionais em número suficiente, a depender das características do evento, para cobrir, em caráter extraordinário, solenidades de posse de membros/magistrados, do presidente e do vice-presidente, sendo considerado cada profissional individualmente para efeito de remuneração da hora trabalhada;
- As fotografias deverão ser tratadas/editadas por meio de softwares apropriados (Photoshop, Lightroom ou outros de mesmo nível técnico ou superior).
- É vedada toda e qualquer manipulação que inclua ou exclua elementos ou pessoas de forma que altere a substância da imagem original;
- Excepcionalmente, a Ascom poderá solicitar a realização dos serviços aos sábados, domingos e feriados, inclusive em horário noturno, sem quaisquer custos adicionais;

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### CONSÓRCIO

4.1. Tendo em vista a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

### SUSTENTABILIDADE

4.2. A contratação, ao garantir a criação de conteúdo jornalístico, gráfico e de multimídia de qualidade, alinha-se com o Plano de Logística Sustentável do TRE-MS, em especial com os objetivos abaixo listados :

- a) reduzir o consumo de papel e de suprimentos de impressão;
- b) promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos; e
- c) promover o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor controle, gerenciamento e atendimento de demandas.

4.3. A contratação em tela atende no que couber os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010. ([IN 01/2010](#))

4.4. A contratada deverá:

- 4.1. Orientar seus empregados sobre prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem



como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

4.2. Utilizar equipamentos e vestimentas de menor impacto ambiental;

4.3. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.

#### GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.5. Entende-se que não é necessária a exigência do seguro garantia dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), devido ao risco do contrato e o objeto tratar de serviços com cessão de mão de obra.

#### SUBCONTRATAÇÃO

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### VISTORIA

4.7. Não há necessidade de realização de vistoria prévia no local de execução dos serviços, facultando-se sua realização pelas empresas interessadas.

4.8. Fica facultado às empresas interessadas em oferecer proposta VISITAR e VISTORIAR os locais onde serão prestados os serviços, cujo objetivo é proporcionar o conhecimento necessário à elaboração da proposta de preço.

4.8.1. Para a realização da vistoria, as empresas interessadas deverão agendar a visita junto à Assessoria de Comunicação e Cerimonial, por meio do fone (67) 2107-7017, com o servidor Flávio Alexandre Martins Nichikuma, de 2ª a 6ª-feira, das 12h às 18h.

4.9. Caso haja dúvidas quanto aos serviços a serem desempenhados, a empresa deverá entrar em contato com o servidor indicado acima, para obter as informações necessárias para a elaboração da proposta.

4.10. Considerando que a visita e a vistoria são faculdades da empresa interessada, não será fornecido pelo TRE/MS comprovante de sua realização.

4.11. A participação na licitação a ser realizada para a contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência implica na aceitação das condições aqui fixadas e na admissão pela empresa proponente de que os elementos fornecidos pelo TRE/MS foram suficientes para o correto dimensionamento dos serviços a serem prestados, bem como para o levantamento dos materiais e equipamentos necessários para a prestação dos serviços.

4.13. Será exigido Instrumento de Medição de Resultado.

4.14. **Exigência de sede/filial ou escritório em Campo Grande/MS**

**A empresa a ser contratada deve possuir sede/filial ou escritório em Campo Grande-MS, cuja comprovação deverá ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de contrato (tal exigência se faz em razão de a principal base territorial de prestação dos serviços ser o município de Campo Grande/MS, e objetiva, dentre outros, viabilizar melhor execução contratual, reduzir custos relativos aos contatos entre o contratante e a contratada - interurbanos e correspondências, por exemplo - e, também, relativos ao envio de materiais a serem fornecidos pela contratada);**

**a) A comprovação de atendimento à exigência do inciso anterior consistirá na apresentação de contrato social, alvará de funcionamento ou outro documento que indique estar a empresa ou sua filial/escritório, instalada no município de Campo Grande, facultada ao TRE/MS a realização de visita ao local indicado para verificação das instalações da mesma;**

#### **outros motivos:**

- Para a elaboração, gravação e produção do pronunciamento oficial do Presidente do TRE-MS deverá ser considerada e atendida a disponibilidade de agenda informada pelo Desembargador Presidente, que pode ser alterada a qualquer momento, devendo a empresa possuir agilidade suficiente para deslocamento dos equipamentos de sua sede para o local da gravação o mais rapidamente possível;

- a empresa sediada em Campo Grande-MS viabiliza melhor comunicação/colaboração/troca de ideias entre contratante e produtora, garantindo resultado final de acordo com as expectativas de dirigentes/gestores/Administração, bem como supervisão do andamento da produção de forma mais direta, garantindo que suas especificações sejam atendidas;
- para a produção de todos os vídeos deve ser feita a captação de imagens, edição e finalização e este produto encaminhado para a Administração antes da veiculação, podendo haver necessidade de ajustes ou até mesmo regravações de forma quase imediata;
- a dinâmica da Justiça Eleitoral é vinculada às decisões dos Tribunal Superior Eleitoral e do próprio Tribunal Regional que visam atender aos princípios democráticos, com decisões sendo publicadas diariamente, as quais podem repercutir na necessidade de alterações de informações, com prazo exíguo, em vídeos já produzidos.
- a necessidade apontadas em eleições, onde prazos e demandas não são elásticas e possuem curto prazo de tempo, especialmente para combater *fake news* e demandas institucionais do TRE/TSE, necessita-se de pronto atendimento, além disso, as necessidades apontadas pela Ascom, que cuida de todos os eventos, campanhas de publicidade, e solicitações de todas as áreas do TRE-MS, em especial a Presidência e Corregedoria, necessita de pronto atendimento para gravações urgentes e necessárias à satisfação da sociedade e da democracia.

## 5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os serviços discriminados nos itens 01 a 09 deste Termo de Referência poderão ocorrer tanto no prédio-sede do TRE-MS, bem como em outro local dentro da região de Campo Grande, ou no interior do estado de MS, conforme as características do evento.

5.2. O serviço discriminado **saída interior estado**, será realizado em qualquer um dos municípios situados no interior do Estado de Mato Grosso do Sul.

5.3. Os serviços somente poderão ser executados mediante solicitação e autorização expressa a ser emitida pela fiscalização dos contratos.

## 6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços ficarão a cargo de servidoras (es) pertencentes ao quadro deste Tribunal.

6.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela (s) / o (s) fiscal (is) do contrato, ou pela (s) / o (s) respectiva (s) / o (s) substituta (s) / o (s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:

a) acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

c) Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá

notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#));

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#));

i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#));

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#));

#### **6.6. Das disposições gerais pertinentes à fiscalização:**

6.6.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

6.6.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.

6.6.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

6.6.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

### **7. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR**

7.1. Para esta contratação fica previsto o Instrumento de Medição de Resultados - IMR (nomenclatura da IN 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Acordo de Nível de Serviço - ANS), nos termos do Anexo XI que será parte do contrato a ser celebrado com a empresa vencedora.

7.2. O Instrumento de Medição de Resultados - IMR visa estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

7.3. A contratada deverá indicar endereço de correio eletrônico para fins de recebimento de comunicações relativas aos registros feitos pela fiscalização quanto ao Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

7.3.1. É de responsabilidade da contratada a manutenção do endereço de correio eletrônico indicado, considerando-se como lida a mensagem a partir do dia útil imediatamente posterior ao envio.

7.4. Durante a vigência da contratação poderão ser registradas novas situações/ocorrências que devam ser objeto de avaliação, cientificando-se a contratada da inclusão feita no IMR.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no Anexo ao edital .

8.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

8.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.2.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios estabelecidos no anexo.

### **Recebimento dos Serviços**

8.3. Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.3.1. O recebimento provisório e definitivo dos serviços ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal, devendo verificar as condições da prestação dos serviços, especialmente:

a) correspondência dos serviços prestados com disposto neste Termo de Referência;

b) cumprimento dos prazos de entrega;

c) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição dos serviços, quantidade, preços unitário e total.

8.4. Atendidas as condições indicadas na cláusula 8.3.1. acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.4.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do serviço.

8.5. Caso se constate alguma inconformidade que não impeça a aceitação do material (ex.: atraso no horário de entrega, sem quantidade mínima, etc.), o registro do recebimento deverá ser feito com a pertinente ressalva.

8.6. Em caso de ser constatada inconformidade que impeça a aceitação do fornecimento (ex.: não comparecimento, inexecução dos serviços, etc.), será procedida a recusa de recebimento, com registro formal da ocorrência.

8.7. A recusa de fornecimento poderá ser parcial, isto é, apenas em relação a determinado(s) item(ns), ou total.

8.7.1.1. A Fiscalização comunicará à contratada a irregularidade verificada, para ciência e adoção de medidas no sentido de ser evitada reincidência.

8.7.1.2. A Fiscalização comunicará a irregularidade, também, à unidade competente do Tribunal para fins de aplicação da sanção administrativa cabível à contratada.

8.8. O recebimento **definitivo** ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado, devendo ainda ser verificado:

a) correspondência dos serviços com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

b) compatibilidade do serviço entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do serviço entregue, quantidade, preços unitário e total.

8.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do

atendimento das exigências contratuais.

8.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.11. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.13. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar os serviços cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

## **DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA**

8.14. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

**8.15. Deverá ser emitida Nota Fiscal específica para a prestação dos serviços de deslocamento aos municípios situados no interior do Estado discriminados neste Termo de Referência.**

8.16. Para fins de atendimento a IN/SRF 1.234, de 11/01/2012 e suas alterações posteriores, a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

8.16.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.17. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.17.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

8.17.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.18. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **DO PAGAMENTO**

8.19. O pagamento dos serviços efetivamente utilizados pelo TRE/MS será realizado após cada prestação de serviços, mediante apresentação de nota fiscal / fatura pela empresa contratada.

8.20. O pagamento será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária, em conta bancária válida e ativa em nome da Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a data de apresentação do documento fiscal à fiscalização.

8.21. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

a) a fiscalização fará a análise do documento fiscal e das informações nele constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal apresentado pela empresa contratada, e, após, fará o atesto do documento fiscal e o seu encaminhamento à Seção de Finanças;

b) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal e documentação anexa proveniente da fiscalização.

8.22. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização. Serão retidas na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor do documento fiscal, as alíquotas dos seguintes impostos:

- a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor devesse comprovar a Opção;
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, se este for devido.

8.23. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TXI100)/365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

e

VP = Valor da parcela em atraso.

8.24. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e devem ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO EXECUTOR DOS SERVIÇOS

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO TOTAL.

9.2. O regime de execução do contrato será de **empreitada por preço unitário**.

9.3. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

9.4. A empresa interessada em oferecer proposta de preços para a prestação dos serviços previstos neste Termo de Referência deverá efetuar o levantamento de todos os custos concernentes, visando à formação dos preços a serem ofertados.

9.5. É de responsabilidade de cada empresa a metodologia empregada para o levantamento de custos e a formação de seus preços.

### Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso

XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

**e) Será exigido ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, consistente na apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado, emitido por empresas públicas e/ou órgãos da administração pública, que comprove que a empresa executou ou está executando satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação.**

**e.1) Entende-se por similares os serviços de cobertura de eventos, prestados em qualquer época ou lugar, com um quantitativo de, no mínimo:**

- **e.1.1) Cobertura fotográfica de 150 fotos ou mais e;**
- **e.1.2) Produção de vídeos institucionais de pelo menos 5 minutos**

**e.2). Para fins da comprovação da qualificação técnica do e.1.2., considera-se prestação de serviços pertinentes e compatíveis a execução de produção de vídeos para órgãos públicos/empresas públicas, podendo ser vídeos institucionais para TV, internet e redes sociais, comerciais publicitários, clipes, curtas, séries, filmes, gravações com captação de imagens e locução e pronunciamentos de autoridades.**

**e.3) A exigência da emissão de atestado de capacidade técnica exclusivamente por empresas públicas e/ou órgãos da administração pública visa à garantir que a contratada não apenas possua a "expertise" técnica em audiovisual, mas também a experiência comprovada em navegar pelas complexidades e solenidades da comunicação pública. O risco a ser mitigado não é a má qualidade técnica do vídeo (foco, luz, som), mas a inadequação de seu conteúdo e forma ao interesse público, o que representa um risco muito maior para a Administração.**

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 314.375,10 (trezentos e quatorze mil, trezentos e setenta e cinco reais e dez centavos) para o valor total da contratação.**

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do ETP, e o prazo de 24 meses.

10.3. O preço ofertado na proposta da empresa interessada para os itens da contratação deverá respeitar o valor unitário máximo indicado no quadro da cláusulas 1.2, sob pena de desclassificação da proposta.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;
- b) Fonte de Recursos: 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;
- c) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;
- d) Elemento de Despesa: 3390.39.59;
- e) Plano Interno: ADM APOIO.
- f) Ptes: 167737
- g) ND: 3390.39.59

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Minuta do Termo de Contrato Administrativo.

## **13. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS**

13.1. São direitos e/ou deveres do Contratante:

- a) Requerer da contratada a prestação dos serviços objeto desta contratação, em

- conformidade com as disposições deste Termo de Referência e do Contrato;
- b) Exercer a fiscalização dos serviços, na forma prevista na legislação aplicável;
  - c) Registrar as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados;
  - d) Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;
  - e) Aplicar à contratada penalidades por descumprimento deste Termo de Referência e de cláusulas contratuais;
  - f) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
  - g) Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas para a presente contratação;
  - h) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e no contrato;

#### **14. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1. Realizar o serviço decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e seus anexos.

14.2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

14.3. Assumir todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do serviço.

Providenciar a correção das deficiências apontadas por este TRE/MS quanto à execução contratual, especificamente quanto aos serviços sobre a responsabilidade da contratada;

14.4. A contratada fica, nos termos da Lei 14.133/2021, obrigada a aceitar os acréscimos de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários;

14.5. Receber os valores que lhe forem devidos pela execução contratual, na forma disposta neste Termo de Referência.

Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais;

14.6. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).

14.7. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

14.7.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).

14.8. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

14.9. A EMPRESA CONTRATADA não poderá divulgar, mesmo em caráter estatístico, quaisquer informações originadas neste órgão da Justiça Eleitoral, sem prévia autorização formal.

14.10. A EMPRESA CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo sobre quaisquer dados, informações, artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela JUSTIÇA ELEITORAL a tais documentos, sob pena de aplicação de sanção na forma prevista EM CONTRATO.

14.11. Adotar na execução do contrato, práticas de sustentabilidade ambiental na recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pelo TRE/MS, práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis, que sejam aplicáveis ao objeto desta licitação.

14.12. Atender às solicitações, esclarecimentos e determinações da Fiscalização, feitas por



Ordens de Serviços, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;

14.13. Fornecer todas as informações e elementos necessários à consecução das atividades da fiscalização, bem como à percepção pelo TRE/MS dos resultados esperados com a execução dos serviços;

14.14. Dar plena ciência do disposto na Resolução 176/2023, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;

Campo Grande, MS, *na data da assinatura eletrônica.*

**ADRIANA FRANCO CÂNDIA**

Integrante Demandante

**FLÁVIO ALEXANDRE MARTINS NICHIKUMA**

Integrante Demandante

**Érika Murackami**

Integrante Administrativo

Equipe de Contratação TRE/MS



Documento assinado eletronicamente por **ÉRIKA MURACKAMI, Técnico Judiciário**, em 04/06/2025, às 10:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1869546** e o código CRC **A0236DB4**.



0010031-59.2024.6.12.8000

1869546v7